

VOZ DO NORDESTE
17/10/2007



MUTATIS MUTANDIS

José Mão Leite

Que não haja a mínima dúvida. O H5N1 anda por aí de não dada com as aves migratórias e a sua chegada a Portugal é apenas uma questão de tempo. O ano passado já rondou a União Europeia. No início do ano fez a sua aparição fulgurante em Inglaterra, como todos muito bem se recordam. Mais recentemente aterrou na Alemanha. Acabamos de o ver chegar a França. E, por mais que nos digam e garantam, não nos iludamos: NÃO HÁ AINDA QUALQUER VACINA! Se houvesse, já tinha sido usada. O prejuízo de Bernard Matthew foi muito superior ao de qualquer medicamento. Se outra razão não houvesse, a económica seria suficiente. Se não se usou é porque não existe! E se não há vacina capaz de uma protecção eficaz contra esta variante do vírus, que já é conhecida e estudada há alguns anos, muito menos haverá, em

tempo útil, para a mutação do mesmo vírus mas que lhe confira, eventualmente, a capacidade de se transmitir entre humanos. É por isso mesmo e muito bem, que o único "tratamento" aplicado pelas autoridades sanitárias consiste no abate TOTAL de todas as aves afectadas, de todas as que com elas conviveram ou tiveram qualquer contacto e das que se encontrem num perímetro mínimo de segurança. Mas este "tratamento" só é possível enquanto a maleita está circunscrita aos animais afetados. Quando romper esta barreira e for capaz de afectar, de forma consistente e continuada, homens, mulheres e crianças, como aconteceu várias vezes em tempos idos, toda esta estratégia será, obviamente inútil, por desadequada.

É certo, António, que a vida é um risco. Mas é um risco a que não podemos fugir. É perigoso

viver, sem dúvida. Mas a alternativa não me agrada, nem me convence.

Já te estou a ouvir: "Zé Mário, mas o que é que isto tem a ver com o Sabor?"

Tem tudo, António. Porque demonstra a necessidade de vivermos com a mudança. Decretar a imutabilidade, é estúpido e inútil. Querer garantir qualquer status quo, ad eternum é uma quimera, um devaneio completamente irrealizável. Há-de ler, logo que possas, uma reportagem fabulosamente documentada, do nosso amigo Francisco Lopes (lembras-te, dele e dos fabulosos tempos do S. João de Brito, em Bragança?) sobre a paisagem "natural e selvagem" das margens do Sabor. Não é a natureza em si e só por si que tem de ser preservada. O que tem de se preservar é o bem-estar dos seres vivos. Mas com objectivos

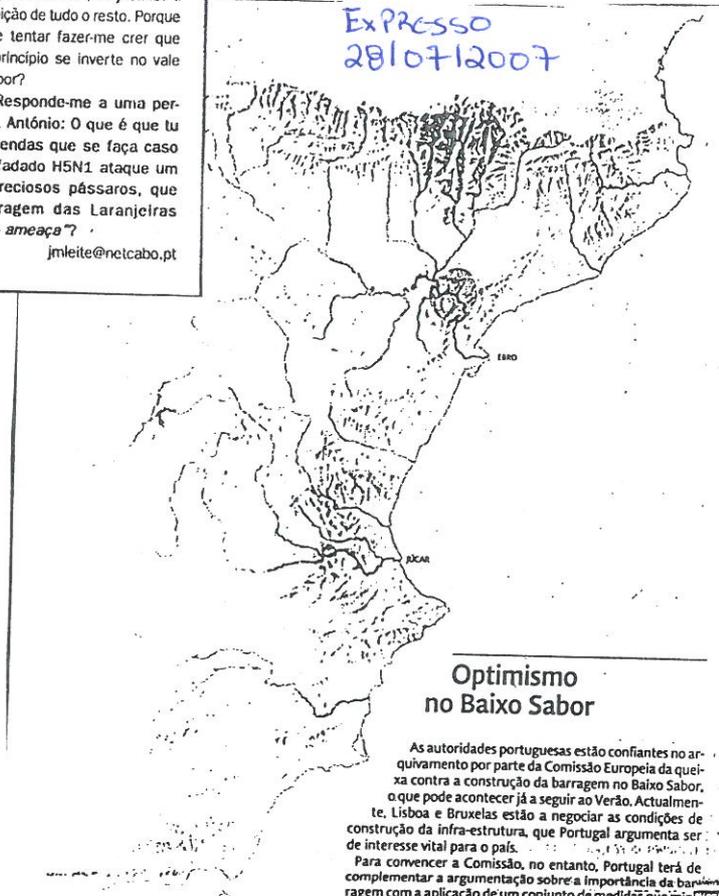
e prioridades. Primeiro o homem. SEMPRE. Depois as suas condições de vida. De vida, António. Não de visita. É o bem-estar de quem vive nas margens do Sabor que interessa em primeiro lugar. Depois, mas só depois, vem o bem-estar de quem o visita para fazer umas canoaagens no seu leito primaveril.

O combate ao H5N1 demonstra que, para prevenir qualquer ameaça ao homem, se justifica a destruição de tudo o resto. Porque há-de tentar fazer-me crer que este princípio se inverte no vale do Sabor?

Responde-me a uma pergunta, António: O que é que tu recomendas que se faça caso o maldadado H5N1 ataque um dos preciosos pássaros, que a barragem das Laranjeiras "tanto ameaça"?

jmleite@netcabo.pt

Expresso
28/10/2007



Optimismo no Baixo Sabor

As autoridades portuguesas estão confiantes no arquivamento por parte da Comissão Europeia da queixa contra a construção da barragem no Baixo Sabor, o que pode acontecer já a seguir ao Verão. Actualmente, Lisboa e Bruxelas estão a negociar as condições de construção da infra-estrutura, que Portugal argumenta ser de interesse vital para o país.

Para convencer a Comissão, no entanto, Portugal terá de complementar a argumentação sobre a importância da barragem com a aplicação de um conjunto de medidas que minimizem e compensem o inevitável impacto da obra na flora e na fauna locais. Depois de uma visita, em Junho, de uma equipa de técnicos comunitários ao local onde Portugal pretende construir a barragem, a Comissão Europeia enviou uma nova carta às autoridades portuguesas, explicitando as medidas consideradas necessárias. Esta carta já foi respondida.

As medidas exigidas por Bruxelas incluem, por exemplo, a construção de caminhos e "pontes" que garantam contiguidade territorial e facilitem a passagem aos lobos que habitam a região. Como as perguntas já foram respondidas, a iniciativa está novamente do lado da Comissão, que deverá decidir no final de Setembro ou no início de Outubro se arquiva o processo ou dá seguimento à queixa.

A EDP, contudo, não quer falar sobre centrais hídricas até ter certeza sobre o resultado do Sabor. Garantida a aprovação de Bruxelas, a empresa não perderá tempo: em dois meses vai colocar no mercado o caderno de encargos e poderá dar início à construção da barragem mais importante para regularizar caudais e armazenar a água do Douro. Depois da epopeia de Foz Côa, há quase uma década que a EDP aguarda pelo Sabor. Por isso, todo o cuidado é pouco.

A expectativa de fontes próximas do processo é de que Bruxelas aprove a construção, apesar da contestação dos grupos ambientalistas. Não deverá ser atribuída, porém, qualquer espécie de financiamento comunitário ao projecto. Mas, António Mexia, presidente da EDP, já fez saber há algum tempo que a falta de apoios não constituirá um obstáculo à realização da barragem. Aliás, a empresa ainda recentemente incluiu no seu plano de investimentos o valor relativo àquele empreendimento, o que, segundo alguns analistas do sector, pode querer dizer que a eléctrica portuguesa já terá alguma indicação de que a obra é mesmo para fazer. Resta esperar pela apresentação formal da autorização, D. D. R., C.M., e.V.A.

Em matéria de potência a instalar, Eira Leirão defende um total de 1.100 MW, a juntar aos actuais 4.234, segundo os dados mais recentes da Direcção Geral de Geologia e Energia.

António Traça de Almeida, professor catedrático da Universidade de Coimbra, recorda que Portugal aproveita apenas 58% do potencial hídrico disponível, muito menos que Espanha, cujo aproveitamento chega aos 85%. Num estudo que concluiu recentemente apurou que, só na região centro, com apenas 14 aproveitamentos de média ou grande dimensão será possível obter uma capacidade instalada de 1.037 MW.

Neste mesmo estudo, encomendado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, Traça de Almeida conclui que aquelas 14 barragens poderiam ser responsáveis por uma redução das emissões de CO2 em cerca de 700 toneladas por ano, além de dispensarem a importação de mais de 300 milhões de metros cúbicos de gás natural anualmente.

